

# PANORAMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL PATRIMONIAL NO SETOR PÚBLICO: UM ESTUDO DE CASO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

**Marivaldo Gonçalves<sup>1</sup>, Caroline Dayane Silva de Lima<sup>2</sup> e Roberta Dalvo Pereira da Conceição<sup>3</sup>**

## RESUMO

O estudo apresentado tem por objetivo traçar um panorama da escrituração contábil patrimonial no setor público, utilizando o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM como objeto. Desta forma, no trajeto da realização deste panorama o estudo utilizou-se os registros e controles de ativos e passivos, a correta valoração do patrimônio e a conformidade com as normas contábeis aplicáveis com a pretensão de identificar possíveis lacunas e oportunidades de melhoria nesse processo. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de cunho qualitativo por meio de uma pesquisa documental pautada nas demonstrações contábeis dos últimos dois exercícios (2021 e 2022), evidenciadas na nota explicativa do ano de 2022 presente no site do IFAM. Os resultados obtidos no estudo podem contribuir para o fortalecimento da gestão financeira e patrimonial da instituição, bem como para aprimorar as práticas contábeis no setor público. Além disso, as recomendações resultantes desse estudo podem ser úteis para outras entidades públicas que enfrentam desafios semelhantes no registro e controle de seu patrimônio, visto que se verificou que ativos e passivos da instituição possuem inconsistências contábeis relevantes como, superavaliação dos bens móveis, subavaliação do intangível e incompatibilidade dos saldos de crédito de dívida ativa.

**Palavras-chave:** Contabilidade Pública; Escrituração Contábil e Patrimônio.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Gestão e Estratégia. Contador TAE-IFAM/Campus Parintins. E-mail: [marivaldo.goncalves@ifam.edu.br](mailto:marivaldo.goncalves@ifam.edu.br)

<sup>2</sup> Tecnóloga em Gestão Pública. Técnica em edificações TAE-IFAM/Campus Parintins. E-mail: [caroline.lima@ifam.edu.br](mailto:caroline.lima@ifam.edu.br)

<sup>3</sup> Doutora em Ciência e Tecnologia de Polímeros. Professora- Cefet/RJ e MPGE/UFRRJ-Rio de Janeiro. E-mail: [robertadalvo@ufrj.br](mailto:robertadalvo@ufrj.br)

# **OVERVIEW OF THE ASSET ACCOUNTING RECORD IN THE PUBLIC SECTOR: A CASE STUDY AT THE INSTITUTE OF EDUCATION, SCIENCE AND TECHNOLOGY OF AMAZONAS**

**Marivaldo Gonçalves, Caroline Dayane Silva de Lima e Roberta  
Dalvo Pereira da Conceição**

## **ABSTRACT**

This study presented aims to outline an overview of the asset accounting bookkeeping record in the public sector, using as object the Federal Institute of Education, Science and Technology of Amazonas-IFAM as an object. This way, in the course of the execution of this overview, the study used the records and controls of assets and liabilities, the correct valuation of assets, and compliance with applicable accounting standards to identify possible gaps and opportunities for improvement in this process. Therefore, it was realized a qualitative research through a documentary research based on the financial statements of the last two years (2021 and 2022), evidenced through the explanatory note of the year 2022 found on the website of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Amazonas. The results obtained in the study can contribute to strengthening the institution's financial and asset management, as well as improving accounting practices in the public sector. Furthermore, the insights and recommendations resulting from this study may be useful for other public entities that face similar challenges in recording and controlling their assets, as it was found that the institution's assets and liabilities have relevant accounting inconsistencies such as overvaluation of movable assets, undervaluation of intangible assets and incompatibility of active debt credit balances.

**Keywords:** Public Accounting; Accounting bookkeeping and heritage;

## INTRODUÇÃO

Conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público-MCASP 9<sup>a</sup> edição (BRASIL/2021) e as Normas Brasileiras de Contabilidades (NBC), a Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios de Contabilidade e as normas contábeis direcionadas ao controle patrimonial das entidades do setor público. Desta forma, estes pretendem fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público, em apoio ao processo de tomada de decisão, à adequada prestação de contas e ao necessário suporte para a instrumentalização do controle social.

A escrituração da contabilidade patrimonial exerce um papel essencial na gestão eficiente e transparente dos recursos públicos. No entanto, a realidade da contabilidade patrimonial no contexto do setor público ainda é um desafio em muitos órgãos governamentais.

O IFAM é uma instituição de ensino de grande relevância na região do Amazonas, dedicada à formação de profissionais qualificados e à promoção do desenvolvimento científico e tecnológico. No entanto, como em muitas entidades públicas, a contabilidade patrimonial no IFAM pode enfrentar desafios em relação à adequada mensuração, registro e controle do seu patrimônio.

Neste contexto, este estudo de caso tem como objetivo principal realizar um panorama da situação contábil patrimonial do IFAM, por meio de seu balanço patrimonial e nota explicativa do ano de 2022. Esses demonstrativos contábeis possibilitam aos seus usuários, uma leitura de variação horizontal (Análise Horizontal-AH) e vertical (Análise Vertical-

AV) das contas contábeis do ano de 2021 e 2022 identificando possíveis lacunas, dificuldades e oportunidades de melhoria.

A pesquisa é do tipo documental, por envolver a análise do balanço patrimonial e da nota explicativa. Esses relatórios documentais permitem examinar aspectos como o registro e controle de ativos e passivos, a valorização adequada do patrimônio e a aderência às normas e regulamentos contábeis aplicáveis.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **Contabilidade Pública**

A contabilidade pública é citada por Kohama (2012, p. 22) como “o ramo da contabilidade que estuda, orienta, controla e demonstra a organização e execução da Fazenda Pública; o patrimônio público e suas variações”.

Kohama (2012) apresenta a contabilidade pública como um campo específico dentro da contabilidade, focado na análise e gestão dos recursos da Fazenda Pública. Isso inclui não apenas o patrimônio público, ou seja, os bens e direitos pertencentes ao governo, mas também as variações nesse patrimônio ao longo do tempo, como as incorporações, alienações e depreciações. Além disso, a contabilidade pública também abrange o acompanhamento das receitas e despesas públicas, buscando garantir a transparência, eficiência e legalidade na utilização dos recursos públicos.

Dentro desse conceito as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica (NBCT) estabelece que os princípios de contabilidade e as normas contábeis ligadas ao controle patrimonial das entidades do setor público, sejam aplicadas no processo gerador de informação sobre os resultados alcançados e sobre os aspectos de natureza orçamentária, econômica,

financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações. A contabilidade aplicada ao setor público é o ramo da contabilidade que tem como objeto de estudo o patrimônio público (CFC, 2012). E seu principal objetivo é fornecer informações adequadas sobre o patrimônio público para que seja possível dar apoio ao processo de tomada de decisão, realizar uma adequada prestação de contas e oferecer o necessário suporte para a instrumentalização do controle social (Carvalho; Ceccato, 2011)

Segundo a NBC T16 o Patrimônio Público é o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações. Além disso, o patrimônio público é estruturado em três grupos:

1: Ativos: São recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços;

2: Passivos: São obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços;

3: Patrimônio Líquido: É o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.

Desta forma, a contabilidade pública tem como objeto de estudo o patrimônio público e está presente nas pessoas jurídicas de Direito Público interno que são: a União, Estados, Distrito Federal, Municípios e suas

autarquias. Também se faz presente em algumas entidades vinculadas a essas pessoas jurídicas, que podem ser as fundações públicas e empresas públicas quando utilizam recursos do Orçamento Público (Piscitelli; Timbó, 2012).

## **METODOLOGIA**

Para o desenvolvimento deste estudo com o intuito de traçar um panorama da escrituração contábil patrimonial do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), foram utilizados os seguintes métodos e classificações metodológicas:

Quanto ao objetivo, a pesquisa é do tipo descritiva que conforme Gil (2008) tem como objetivo a descrição das características de um determinado fenômeno por meio de observação. Esta pesquisa tem o intuito de traçar um panorama da escrituração contábil do IFAM por meio da análise dos dados divulgados nos demonstrativos contábeis de modo a compreender os motivos para as inconsistências contábeis divulgadas no IFAM e proporcionar mais informações sobre o assunto investigado.

Em relação a natureza, a pesquisa é do tipo aplicada, pois de acordo com Prodanov e Freitas (2013), objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos a solução de problemas específicos, além de envolver verdades e interesses locais. As informações mostradas na pesquisa subsidiarão os usuários das demonstrações contábeis a tomada de decisão além de servir de comparativo para outros órgãos ou entes federados.

Quanto a forma de abordagem, a pesquisa é do tipo qualitativa em seus resultados a partir de informações mostradas nas demonstrações

contábeis do IFAM. No tocante a técnica de coleta de dados, utilizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental. De acordo com Gil (2008) a pesquisa bibliográfica é pautada na utilização de material existente e constitui-se, principalmente, de livros e artigos científicos. Desta forma, utilizou-se das palavras-chave: Contabilidade Pública; Escrituração Contábil e Patrimônio, como norteadoras na busca dos materiais bibliográficos que constituíram o referencial teórico. Quanto à pesquisa documental realizou-se consulta de documentos públicos e de documentos internos contábeis do IFAM, a fim de se selecionar os que melhor atendiam os objetivos da pesquisa. Como critério de seleção dos documentos utilizou-se a capacidade do mesmo oferecer informações a respeito da escrituração contábil do IFAM, no período de 2021 – 2022. Sendo assim, utilizou-se os documentos como os registros e controles de ativos e passivos (Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, a Demonstração de Fluxo de Caixa e as Demonstrações das Variações Patrimoniais) e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas Ao Setor Público (NBCASP) e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

Para análise dos dados, realizou-se uma análise empírico-teórica, por meio do procedimento de triangulação. Este procedimento combina diferentes métodos de coleta de dados, distintas populações (ou amostras), diferentes perspectivas teóricas e diferentes momentos no tempo, para consolidar suas conclusões a respeito do fenômeno que está sendo investigado (Zappellini e Feuerschütte, 2015.). Desta forma, realizou-se um cruzamento entre os conceitos e práticas encontradas na literatura e as escriturações encontradas nos registros e controles de ativos e passivos com o intuito de obter respostas ao objetivo da pesquisa.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

### Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade

O ano de 2008 foi o marco inicial para a mudança nos procedimentos da contabilidade pública no Brasil devido o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), após debates com a sociedade, apresentar as 11 (onze) Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), de observância obrigatória, a partir de 2010, para todas as entidades do setor público. De todo modo, esses novos procedimentos contábeis estão conforme as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS), elaboradas, em 1997, pela Federação Internacional de Contadores (IFAC), organização que reúne 173 países. Nesse cenário, o Ministério da Fazenda publicou, em 2008, a Portaria 184, ou seja, o marco inicial da convergência ao modelo internacional de contabilidade pública.

Em essência, a Contabilidade Aplicada ao Setor Público com a adoção dessas normas que culminou no processo de convergência as Normas internacionais de Contabilidade Aplicada ao setor público, assenta-se nos seguintes pressupostos:

“Utilização de um plano de conta único para toda a Federação e, via de consequência a publicação de balanços e demonstrativos padronizados consolidados da união, estados e municípios. Isso para que se possa comparar e agregar as contas dos entes Federativos da república federativa do Brasil” (Toledo Jr. 2014, p. 67).

“Enfoque predominantemente patrimonialista e, dele derivado, o reconhecimento de receitas e despesas pelo regime de competência. Adoção dos procedimentos de reavaliação, depreciação e provisão dos ativos e passivos governamentais” (Toledo Jr. 2014, p. 67).

A partir desse ano, os órgãos competentes se uniram aos governantes com o intuito de padronizar a contabilidade do setor público, seguindo o padrão internacional. Para auxiliar e orientar a União, Estados e Municípios foram criadas as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), e um Manual De Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), que devem ser seguidos por todos os entes públicos da federação.

Os usuários da contabilidade pública, em especial os responsáveis pela sua escrituração, estão enfrentando mudanças históricas e culturais, em que os procedimentos contínuos adotados há anos estão sendo substituídos por padrões internacionais, desde a conversão até a utilização de um novo plano de contas, um levantamento com atualização dos bens patrimoniais a valor justo, e a implantação de um sistema de custos.

Com a alteração da legislação, a contabilidade governamental, que antes tinha como foco o orçamento, agora passa a ter como foco o patrimônio público. Com isso, além do orçamento, passa-se a registrar todos os fenômenos que afetam o patrimônio público e, por esse motivo, a contabilidade pública está sendo chamada de Contabilidade Patrimonial.

Ainda, pela nova contabilidade, Lima (2012) explica que permanece, do ponto de vista orçamentário, o tratamento da receita pública (Valores efetivamente arrecadados) o Regime Caixa e para a Despesa Pública (Valores empenhados) o Regime Competência; mas agora passam a ser registrados o lançamento do imposto (Direito a Receber) e a Obrigação pelo Fato Gerador (Regime de Competência Integral).

Por mais que essa grande mudança mude o foco da contabilidade pública, onde seu objeto passa a ser o patrimônio público, é importante destacar que os registros referentes ao orçamento público continuarão sendo realizados, uma vez que o objetivo da contabilidade aplicada ao setor público é fornecer informações tanto de natureza orçamentaria quanto de econômica, financeira e física do patrimônio dos entes públicos (Stn, 2013).

### **Estrutura Organizacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas**

O IFAM é uma autarquia da administração indireta federal, vinculada ao Ministério da Educação, criado nos termos do inciso IV, do artigo 5º da Lei num. 11.892/2008, com sua estrutura inicial constituída mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas – CEFET/AM e das Escolas Agrotécnicas Federais de Manaus e de São Gabriel da Cachoeira.

Consoante o artigo 9º da lei de criação dos Institutos Federais é organizado em estrutura multicampi, com proposta orçamentária anual identificada para cada *Campus* e a Reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores.

Atualmente, está presente na capital Manaus/AM com três campi e a Reitoria, e no interior do estado com 14 campi, situados nas cidades de Presidente Figueiredo, Manacapuru, Itacoatiara, Coari, Maués, Tefé, Parintins, Lábrea, Humaitá, Eirunepé, Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira, Iranduba e Boca do Acre, conforme tabela 1, a seguir:

**TABELA 1 – UNIDADES QUE COMPÕE O ÓRGÃO 26403 - IFAM**

<b>Unidade</b>	<b>Contador Responsável</b>
----------------	-----------------------------

Reitoria	Marlena Raquel dos Santos Vasconcelos
Campus São Gabriel da Cachoeira	Zonaide Sandoval Vasconcelos
Campus Manaus Zona Leste	Jânio Lúcio Paes Alves
Campus Manaus Centro	Paulo Rodrigues de Souza
Campus Manaus Distrito Industrial	Amanda Peixoto
Campus Coari	Humberto Mendonça Pereira
Campus Parintins	David Wilkerson Ferreira de Souza
Campus Tabatinga	Kleyton Sérgio da Silva
Campus Presidente Figueiredo	Brenda Shaely Ferreira Gonçalves
Campus Maués	Jesse de Mendonça Marinho
Campus Lábrea	José Falcão Neto
Campus Humaitá	Maria de Fátima Maciel
Campus Itacoatiara	Fernanda de Lima Maciel
Campus Avançado Manacapuru	Marlena Raquel dos Santos Vasconcelos
Campus Tefé	Raimundo Nonato Zurra Junior
Campus Eirunepé	Marlena Raquel dos Santos Vasconcelos
Campus Avançado Iranduba	Maurício Souza Printes
Campus Avançado Boca do Acre	Marlena Raquel dos Santos Vasconcelos

FONTE: SIAFI OPERACIONAL 2022.

## **Análise das Demonstrações Contábeis do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas**

O objetivo das demonstrações contábeis das entidades do setor público é o fornecimento de informações úteis sobre a entidade que reporta a informação, para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e para a tomada de decisão. No setor público, o resultado patrimonial apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais, não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço

público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais (McasP, 8<sup>a</sup> ed., Parte V, Cap. 5)

Desta forma, as demonstrações contábeis do IFAM são relatórios financeiros que fornecem informações sobre a situação financeira, o desempenho operacional e as atividades de investimento da instituição. Essas demonstrações são preparadas anualmente e seguem as normas contábeis brasileiras, como as estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela Lei das Instituições Federais de Ensino.

As Demonstrações Contábeis do Instituto Federal do Amazonas são as seguintes:

- Balanço Patrimonial
- Balanço Orçamentário
- Balanço Financeiro e a Demonstração de Fluxo de Caixa
- Demonstrações das Variações Patrimoniais

O registro da conformidade contábil é realizado em todos os campi do IFAM, sob a responsabilidade dos contadores responsáveis indicados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) para cada Unidade Gestora - UG. No site do IFAM é publicada uma declaração que reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI. Este é um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no SIAFI, onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Foi realizado uma análise nas demonstrações contábeis dos últimos dois exercícios (2021 e 2022), que estão disponíveis no site do IFAM. Essa análise foi embasada nas notas explicativas do órgão. Ao longo dessa

análise, percebemos que nos últimos três exercícios foi adotada uma mesma formatação nos documentos, bem como passou a análise a ser trimestral, ao invés de anual. Além disso, a nota explicativa apresenta algumas ressalvas no tocante as informações, onde informa que devido à complexidade, diversidade e amplitude de alguns processos de trabalho, o IFAM possui diversos obstáculos no assentamento de diversas rotinas, conforme a seguir:

- Incompatibilização dos saldos dos créditos inscritos na Dívida Ativa dos sistemas de controle da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) com os valores registrados no SIAFI, fechando o exercício de 2020 com desequilíbrio, devido à falta de atualização de multas e valores inscritos no sistema SIAFI.
- Não há registro regular da conformidade de registro de Gestão no âmbito das unidades do IFAM, com exceção da Reitoria, devido à insuficiência de servidores, a Coordenação tem orientado aos gestores de cada Campi através das reuniões do Comitê de Administração, da necessidade de implemento de políticas rigorosas, a fim de sanar essa inconsistência.
- Devido à ausência de servidores capacitados suficiente nas unidades do IFAM, há uma morosidade no processo de conciliação dos saldos do Imobilizado do Instituto, de modo que das 18 unidades, apenas 05 apresentam contabilização de depreciação, contribuindo para que o valor apresentado no Balanço Patrimonial não espelhe a realidade.

- No tocante, as contas de bens intangíveis, o valor está subavaliado, pois não espelha a realidade dos softwares adquiridos pelas unidades do órgão, além disso, não é realizado a amortização desses bens.
- Os almoxarifados da instituição possuem controles ineficientes, pois ainda se encontra em processo de implantação o Sistema Interno de Gestão Patrimonial nos Campi, não sendo informado mensalmente as entradas e saídas de mercadorias por meio de Relatório Mensal de Almoxarifado - RMA em 90% das unidades, impossibilitando os lançamentos de baixa de saldos de materiais consumidos das contas de almoxarifado.
- A existência de Termo de Execução Descentralizada pendente de comprovação que decorre do controle ineficaz da execução pelas unidades, dificultando a comprovação das etapas e impossibilitando a baixa adequada desses valores.
- Conforme nota explicativa, o uso do Custo Genérico, a falta de mapeamento que contempla todas as etapas processuais e pouco recurso de mão de obras implicam na ausência da implantação do Painel de Informações de Custos.

O IFAM enfrenta desafios na gestão administrativa, como a falta de conciliação entre saldos na Dívida Ativa e no SIAFI, registro irregular de conformidade de gestão devido à escassez de servidores capacitados, lentidão na conciliação dos saldos do Imobilizado, subavaliação de bens intangíveis, problemas nos controles de almoxarifados em processo de

implantação, e existência de Termos de Execução Descentralizada pendentes de comprovação. Esses desafios refletem a complexidade na implementação do Painel de Informações de Custos pelo IFAM.

## **Análise do Balanço Patrimonial do IFAM**

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade por meio de contas representativas do patrimônio, bem como os atos potenciais, registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). Os ativos e passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante. No Balanço Patrimonial tem-se a visão patrimonial como base para análise e registro dos fatos contábeis. (MCASP, parte V, 8<sup>a</sup> Ed. 2019). No IFAM, o ativo circulante corresponde a 11,59% do ativo total.

O item que sofreu aumento significativo de 50,61% no Ativo Circulante com relação a 31/12/2021 e possui valor aproximado de R\$ 47 milhões diz respeito a conta de “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo”, conforme tabela 2 a seguir:

**TABELA 2 – DETALHAMENTO ATIVO CIRCULANTE**

<b>ATIVO</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>A.H (%)</b>	<b>A.V (%)</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>R\$ 101.502.224,72</b>	<b>R\$ 91.354.960,81</b>	<b>11,11%</b>	<b>15,42%</b>
Caixa e Equivalente de Caixa	R\$ 27.893.424,28	R\$ 35.373.269,52	-21,15%	4,24%
Créditos a Curto Prazo	R\$ 47.844.671,59	R\$ 31.767.061,00	50,61%	7,27%
Estoques	R\$ 24.378.147,91	R\$ 22.828.649,35	6,79%	3,70%
VPDs Pagas	R\$ 1.385.980,94	R\$ 1.385.980,94	0,00%	0,21%

Antecipadamente

**FONTE:** SIAFI OPERACIONAL 2022.

Na composição do item “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, a conta contábil que teve um acréscimo mais significativa e compreende o maior valor de composição da conta, diz respeito ao “Adiantamento de Férias”, no percentual de 55% e 81,33% respectivamente.

**TABELA 3 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo**

<b>CONTA CONTÁBIL</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>A.H (%)</b>	<b>A.V (%)</b>
13 SALÁRIO-ADIANTAMENTO	R\$ 3.686.675,10	R\$ 3.507.960,54	5%	7,71%
Adiantamento de férias	R\$ 38.913.059,25	R\$ 25.032.323,43	55%	81,33%
Salários e ordenados- Pagamento antecipado	R\$ 362.330,31	R\$ 2.967,55	12110%	0,76%
Adiantamentos a fornecedores	R\$ 9,60	R\$ 9,60	0%	0%
IRRF a Compensar	R\$ 1.062,50	R\$ 1.062,50	0%	0%
Falta ou irregularidade de Comprovação	R\$ 5.287,19	R\$ 5.287,19	0%	0,01%
Vales, Tickets e Bilhetes	R\$ 34.372,00	R\$ 34.372,00	0%	0,07%
Valores a receber por devoluções de despesas estornadas	R\$460,98	R\$460,98	0%	0%
Créditos a Receber decorrente de infração legislação contratual	R\$ 1.381.551,87	R\$ 1.381.551,87	0%	2,89%
Créditos a receber por cessão de pessoal	R\$ 8.805,74	R\$ 8.805,74	0%	0,02%
Adiantamento-Termo de execução descentralizada	R\$ 3.163.259,60	R\$ 1.792.259,60	76%	6,61%
Créditos a Receber por cessão de pessoal -	R\$ 287.797,45	0	100%	0,60%

Município				
TOTAL	R\$47.844.671,59	R\$ 31.767.061,00	51%	100%

FONTES: TESOURO GERENCIAL 2023.

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis e no 4º Trimestre de 2022, o IFAM apresentou um saldo de aproximadamente R\$ 552 milhões. Esse valor representa 83,86% do total do ativo da instituição que é R\$ 658.114.032,45 tornando esse grupo de conta o mais relevante quantitativamente na estrutura patrimonial do órgão. Já o crescimento horizontal de 3,93% quando comparado a 31/12/2021 é pouco relevante.

TABELA 4 – Detalhamento do imobilizado, bens móveis e imóveis

CONTA CONTÁBIL	2022	2021	A.H (%)
<b>(A) BENS MÓVEIS</b>	<b>R\$ 169.123.156,13</b>	<b>R\$ 157.709.485,32</b>	<b>7,24%</b>
Maquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	R\$ 45.912.436,58	R\$ 39.685.636,29	15,69
Veículos	R\$ 21.009.362,89	R\$ 21.010.051,89	0,0
Material cultural, educacional e de comunicação	R\$ 13.213.545,12	R\$ 13.013.858,82	1,53
Móveis e utensílios	R\$ 35.489.237,16	R\$ 34.336.051,69	3,36
Bens de informática	R\$ 46.547.960,83	R\$ 44.188.700,52	5,34
Bens móveis em andamento	R\$ 1.916.601,75	R\$ 1.698.721,75	12,83
Bens móveis em almoxarifado	R\$ 1.136.509,17	R\$ 966.269,17	17,62
Armamentos	R\$ 19.512,00	R\$ 19.512,00	0,00
Semoventes	R\$ 127.836,97	R\$ 127.836,97	0,00
Demais bens móveis	R\$ 3.750.153,66	R\$ 2.662.846,22	40,83
(B) depreciação acumulada-bens	(R\$ 30.887.265,38)	(R\$ 26.096.256,66)	18,36

móveis			
<b>(C) = (A – B) BENS MÓVEIS-VALOR LÍQUIDO CONTÁBIL</b>	<b>R\$ 138.235.890,75</b>	<b>R\$ 131.613.228,66</b>	<b>5,03</b>
<b>(D) BENS IMÓVEIS</b>	<b>R\$ 415.847.276,00</b>	<b>R\$ 409.218.418,23</b>	<b>1,62</b>
Demais bens imóveis	R\$ 1.471.816,91	R\$ 1.471.816,91	0,00
Benfeitorias em propriedade de terceiro	R\$ 24.969,00	R\$ 24.969,00	0,00
Instalações	R\$ 3.907.766,16	R\$ 2.345.279,48	66,62
Bens imóveis em andamento	R\$ 193.609.598,89	R\$ 195.537.262,67	-0,99
Bens dominicais não registrados no SIAPA	R\$ 984.735,10	R\$ 984.735,10	0,00
Bens de uso especial não registrados no SPIUNET	R\$ 455.543,77	R\$ 422.544,23	7,81
Bens de uso especial registrados no SPIUNET	R\$ 215.392.846,17	R\$ 208.431.810,84	3,34
<b>(E) DEPRECIÇÃO ACUMULADA</b>	<b>(R\$ 2.156.826,15)</b>	<b>(R\$ 9.774.143,87)</b>	<b>-77,93</b>
<b>(F)= (D-E) – BENS IMÓVEIS- VALOR CONTÁBIL LIQUIDO</b>	<b>R\$ 413.690.449,85</b>	<b>R\$ 399.444.274,36</b>	<b>5,57</b>

FONTE: TESOUREIRO GERENCIAL 2023

Em sua nota explicativa de 2022, o IFAM informa que o valor do imobilizado está superavaliado, pois o saldo deste grupo de contas contábeis não contabilizava baixa há vários períodos, devido ao não envio de Relatório Mensal de Bens Móveis (RMB), enviado pelo setor de patrimônio para o setor contábil proceder os devidos ajustes contábeis no sistema SIAFI. Dentre as escriturações que deduzem esse grupo de contas

estão o lançamento da depreciação e a baixa de bens. A falta de inventário e processos de desfazimentos de bens contribuem para essa problemática.

**TABELA 5** – Detalhamento do imobilizado

<b>GRUPO DO ATIVO</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>A.H (%)</b>	<b>A.V (%)</b>
Imobilizado	R\$ 551.926.340,60	R\$ 531.057.503,02	3,93	83,86
Bens móveis	R\$ 138.235.890,75	R\$ 131.613.228,66	5,03	21,00
Bens imóveis	R\$ 413.690.449,85	R\$ 399.444.274,36	3,57	62,86

FONTES: TESOURO GERENCIAL 2023

Quanto a depreciação dos bens móveis no âmbito do IFAM, conforme publicado nas notas explicativas às demonstrações contábeis e seus anexos, dentre as 18 unidades que compõe o órgão apenas 10 iniciaram o cálculo e registro da depreciação. A justificativa informada na nota foi que as unidades estão em fase de levantamento dos bens móveis adquiridos pelas unidades desde sua fundação.

**TABELA 6** – Depreciação dos bens móveis por unidade

<b>UNIDADES</b>	<b>DEPRECIÇÃO BENS MÓVEIS- 2022</b>	<b>DEPRECIÇÃO BENS MÓVEIS- 2021</b>	<b>A.H (%)</b>	<b>A.V (%)</b>
CAMPUS HUMAITA	(R\$ 783.778,98)	(R\$ 658.585,07)	19,01	2,54
CAMPUS EIRUNEPE	(R\$ 426.819,25)	(R\$ 20.294,88)	2003,09	1,38
REITORIA	(R\$ 19.863.518,50)	(R\$ 17.069.203,43)	16,37	64,31
CAMPUS MANAUS ZONA LESTE	(R\$ 4.397.502,99)	(R\$ 4.255.139,69)	3,35	14,24
CAMPUS	(R\$ 17.036,18)	(R\$ 17.036,18)	0,00	0,06

COARI				
CAMPUS PARINTINS	(R\$ 2.378.404,77)	(R\$ 2.380.520,17)	-0,09	7,70
CAMPUS TABATINGA	(R\$ 1.087.229,71)	(R\$ 1.087.229,71)	0,00	3,52
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEREDO	(R\$ 21.633,35)	-	100,00	0,07
CAMPUS MAUES	(R\$ 609.074,16)	(R\$ 608.247,53)	0,14	1,97
CAMPUS LABREA	(R\$ 1.302.267,49)	-	100	4,22

FONTE: TESOURO GERENCIAL 2023

As unidades Humaitá, Eirunepé, Reitoria Presidente Figueiredo e Lábrea apresentaram valores de depreciações de Bens Móveis dentro dos parâmetros contábeis. Nesse processo, verificou-se que houve uma estagnação no reconhecimento da depreciação acumulada das demais unidades.

No âmbito do IFAM, a depreciação dos bens imóveis é registrada SPIUnet, o qual é o Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União. Das 18 Unidades que compõem o IFAM, apenas 8 estão cadastradas nesse sistema, totalizando 413 milhões de reais registrados ao final do exercício de 2022. A falta de cadastro no SPIUnet ocorre devido à omissão de registro de parte das obras que já estão concluídas. A depreciação dos bens imóveis é realizada automaticamente pelo SPIUnet e no ano de 2022 houve correção de saldos efetuados pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) que é a gestora do SPIUnet ocasionando variação negativa do ano de 2021 para 2022.

TABELA 7 – Depreciação dos bens imóveis por unidade

UNIDADES	DEPRECIÇÃO BENS IMÓVEIS-2022	DEPRECIÇÃO BENS IMÓVEIS- 2021	A.H (%)	A.V (%)
Campus Humaitá	(R\$ 3.125,69)	(R\$ 656,97)	376	0,14
Reitoria	(183.435,24)	(R\$ 1.292.469,41)	-86	8,50
Campus São Gabriel da Cachoeira	(R\$ 233.655,03)	(R\$ 1.163.345,13)	-80	10,83
Campus Manaus zona leste	(R\$ 345.264,17)	(R\$ 1.719.035,89)	-80	16,01
Campus Manaus Centro	(R\$ 860.838,18)	(R\$ 4.706.532,50)	-82	39,91
Campus Distrito Industrial	(R\$ 138.223,08)	(R\$ 688.199,03)	-80	6,41
Campus Parintins	(R\$ 191.272,46)	(R\$ 197.380,98)	-3	8,87
Campus maués	(R\$ 201.012,30)	(R\$ 6.523,96)	2981	9,32
<b>Total</b>	<b>(R\$ 2.156.826,15)</b>	<b>(R\$ 9.774.143,87)</b>	<b>-78</b>	<b>100</b>

FONTE: TESOUREO GERENCIAL 2023

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo de caso do IFAM revelou a realidade da escrituração contábil patrimonial no setor público, destacando desafios e obstáculos enfrentados pela instituição. A análise das demonstrações contábeis dos últimos dois exercícios evidenciadas na nota explicativa do ano de 2022 mostrou algumas inconsistências contábeis identificadas como: incompatibilização dos saldos de créditos inscritos na dívida ativa, ausência de registro regular da conformidade de registro de gestão, subavaliação de bens intangíveis, superavaliação de bens móveis, falta de reconhecimento da depreciação de bens móveis e imóveis, controles

ineficientes nos almoxarifados, falta de implantação do Painel de Informações de Custos e a ausência de conciliação dos saldos do Imobilizado do Instituto.

Essas inconsistências ressaltam a necessidade de implementar políticas baseadas em boas práticas para melhorar a escrituração contábil patrimonial no IFAM. Medidas como a atualização dos registros, a capacitação de servidores, a melhoria dos controles internos e a implementação de sistemas eficientes são essenciais para garantir a integridade e a confiabilidade das informações contábeis. Além disso, é crucial desenvolver um mapeamento abrangente das etapas processuais que geram custos às atividades do instituto, a fim de implementar o Painel de Informações de Custos segundo recomendações da Secretaria do Tesouro Nacional, entidade responsável pelas normas contábeis do setor público.

Por fim, destaca-se a importância contínua da transparência, prestação de contas e responsabilização no setor público. Melhorar a escrituração contábil patrimonial não apenas fornece informações precisas para a tomada de decisões, mas também fortalece a confiança no serviço público e contribui para uma gestão financeira eficiente e eficaz.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023: Informação e Documentação - Referências - Elaboração**. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

BRASIL. Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.**

Brasília: Diário Oficial da União, 2008.

CARVALHO, D.; CECCATO, M. **Manual Completo de Contabilidade Pública.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. **NBCs T 16.1 a 16.11.** Disponível em: <[https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Publicacao\\_Setor\\_Publico.pdf](https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Publicacao_Setor_Publico.pdf)> Acesso em: abr.2023.

GIL, A. C.. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** (6a ed). São Paulo-SP : Atlas, 2008.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS - IFAM. **Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e seus Anexos.** Disponível em: <<http://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/adminitracao/proad/demonstracoes-contabeis>>. Acesso em: maio/2023.

KOHAMA, H. **Contabilidade Pública: Teoria e Prática.** 12<sup>a</sup> ed. São Paulo: Atlas, 2012.

KOHAMA, H. **Contabilidade Pública: Teoria e Prática.** 14<sup>a</sup> ed. São Paulo: Atlas, 2014.

LIMA, D. V. de. **Contabilidade Pública: A nova Contabilidade Pública Municipal.** 4<sup>a</sup> ed. Brasília: CNM, 2012.

PISCITELLI, R. B.; TIMBÓ, M. Z. F.. **Contabilidade Pública** – Uma abordagem da administração financeira pública. 12<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PRODANOV, C. C; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**. 5 ed. Novo Hamburgo, Feevale, 2013.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - STN. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)**, 8<sup>a</sup> ed. Brasília, 2018. Disponível em: <[https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9\\_ID\\_PUBLICACAO:31484](https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:31484)>. Acesso em: abr.2023.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - STN. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)**, 9<sup>a</sup> ed. Brasília, 2021. Disponível em: <[https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9\\_ID\\_PUBLICACAO:41943](https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:41943)>. Acesso em: abr.2023.

TOLEDO JR., F. C. de. A Nova Contabilidade Pública. Conteúdos. Polêmicas. Controles. **Revista do TCU**, volume 129, páginas 67-71, Jan./Abr.2014. Disponível em: <<https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCUC/article/view/23>>. Acesso em: abr.2023.